



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 4ª SESSÃO, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1979 - SEXTA-FEIRA-
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA HÉLIO RAMOS DE
AZEVEDO LEITE.

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DOUTOR MILTON MENEZES DA
COSTA FILHO.

SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO: DOUTOR CLÁUDIO ROSIÈRE

Compareceram os Ministros Waldemar Torres da Costa, Jacy Gui-
marães Pinheiro, Rodrigo Octávio Jordão Ramos, Octávio José
Sampaio Fernandes, Reynaldo Mello de Almeida, G. A. de Lima
Torres, Deoclécio Lima de Siqueira, Ruy de Lima Pessoa, Gual-
ter Godinho, Julio de Sá Bierrenbach, Carlos Alberto Cabral
Ribeiro e Dilermando Gomes Monteiro.

Ausentes os Ministros Faber Cintra e Délio Jardim de Mattos,
com causa justificada.

Às 13.30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Apelação julgada em sessão secreta, no dia 14.02.79:

42.061 - Brasília.DF. Relator Ministro Ruy de Lima Pessoa. Re-
visor Ministro Reynaldo Mello de Almeida. APELANTE:-
O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 11ª
CJM. APELADA: A Sentença do CPJ da Aud/11a. CJM, de
09 de maio de 1978, que absolveu JOSÉ MIRANDA RIBEI-
RO, soldado da PM, do crime previsto no artigo 205,
C/C o artigo 30, inciso II, do CPM. Adv.Dr.Hamilton
de Araujo e Souza. - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, o Tri-
bunal, acolhendo a Preliminar suscitada, anula o pro-
cesso a partir da Sentença, a fim de que novo julga-
mento seja efetuado. (NÃO TOMARAM PARTE NO JULGAMENTO
OS MINISTROS GUALTER GODINHO e DÉLIO JARDIM DE MATTOS)
-(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO WALDEMAR TORRES DA COSTA)-

Foram, a seguir, relatados e julgados os seguintes processos:

HABEAS-CORPUS .

31.778- Rio de Janeiro. Relator Ministro Julio de Sá Bierren-
bach. Paciente: JORGE IVAN DE PAULA BEZERRA, civil,
preso por condenações impostas pela 1ª Auditoria de
Aeronáutica e pela 1ª Auditoria de Marinha, ambas da
1a. CJM, alegando ilegalidade de sua prisão, pede pa-
ra ser posto em liberdade. Impetrante: O próprio. -
O Ministro Presidente proclamou, na forma do que de-
termina o art. 41, inc. VII do Decreto 1.003/69, a de-
cisão mais favorável ao paciente e que foi o voto do
Ministro Relator que "conheço da presente ordem, rece-
bo-a como Petição e a transmito aos Juízes de Execu-
ção para que se procedam as aplicações da Lex Mitior
se for o caso" no que foi acompanhado pelos MINISTROS
RUY DE LIMA PESSOA, DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA e JACY
GUIMARÃES PINHEIRO. O MINISTRO RODRIGO OCTÁVIO conce-

(Cont da Ata da 4ª Sessão, em 16 de fevereiro de 1979)

dia o Habeas-Corpus nos termos do seu voto em separado e o MINISTRO WALDEMAR TORRES DA COSTA concedia a ordem, determinando a remessa do processo à Justiça Comum. OS MINISTROS GUALTER GODINHO, DILERMANDO GOMES MONTEIRO, CARLOS ALBERTO CABRAL RIBEIRO e SAMPAIO FERNANDES não tomaram conhecimento do pedido; OS MINISTROS LIMA TORRES e REYNALDO MELLO DE ALMEIDA tomaram conhecimento e denegaram por falta de amparo legal.

31.784 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Lima Torres. Paciente: FERRUCIO HUGO MOURA DE FREITAS, preso, cumprindo penas impostas pela Justiça Militar, pede a concessão da ordem, face ao advento da Lei n. 6.620/78. Impetrante: O próprio. - O Ministro Presidente, na forma determinada pelo art. 41, inc. VII do Decreto 1003/69, proclamou acolhido o HC que, POR MAIORIA, o Tribunal transformou em Petição a ser remetida aos Juízos de Execução, no sentido de em sendo o caso, se proceda a aplicação da Lex Mitior. O MINISTRO RODRIGO OCTÁVIO, em voto em separado, concedia a ordem por ter sido ultrapassada a pena mínima e o MINISTRO WALDEMAR TORRES DA COSTA acolhia a ordem determinando a remessa do processo à Justiça Comum. OS MINISTROS DILERMANDO GOMES MONTEIRO, CARLOS ALBERTO CABRAL RIBEIRO e SAMPAIO FERNANDES não tomaram conhecimento do pedido por impropriedade do mesmo. OS MINISTROS LIMA TORRES, GUALTER GODINHO e REYNALDO MELLO DE ALMEIDA tomaram conhecimento e o denegaram por falta de amparo legal.

31.767 - Goiás. Relator Ministro Ruy de Lima Pessoa. Paciente: LUCAS ALVES BARBOSA, conscrito, pede a concessão da ordem a fim de que seja anulado o "Termo de Insubmissão". Impetrante: Cel Wilson Brandi Romão, Cmt. do 41º B I Mtz. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal homologou o despacho do Ministro Presidente que concedeu a ordem.

31.764 - Bahia. Relator Ministro Waldemar Torres da Costa. Paciente: SINÉSIO DE ARAUJO FERREIRA DOS SANTOS, civil, alegando ilegalidade de sua prisão, por excesso de prazo, pede a concessão da ordem para ser posto em liberdade. Impetrante: Dr. Paulo Alberto Carneiro da Costa, Adv. - POR MAIORIA DE VOTOS, o Tribunal concede a ordem, em parte, para reconhecer a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar o paciente, encaminhando os autos à Justiça Comum, sem prejuízo da prisão em flagrante, que continua prevalecendo. O MINISTRO RODRIGO OCTÁVIO conhecendo do pedido o denegava.

PETIÇÃO

379 - Ceará. Relator Ministro Gualter Goinho, por dependência da Apelação nº 42.248. - RAUL JOSÉ FERREIRA DIAS, 1º Ten. Av., condenado a um ano, dois meses e dez dias de detenção, incurso nos artigos 206 e 210, § 2º, do CPM, pede para aguardar em liberdade o julgamento de sua Apelação. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal deferiu a Petição, determinando expedição incontinenti de alvará de soltura, se por aí não estiver preso. (NÃO TO-

(Cont da Ata da 4ª Sessão, em 16 de fevereiro de 1979)

TOMOU PARTE NO JULGAMENTO O MINISTRO SAMPAIO FERNANDES)-(Adv Lino Machado Filho).

APELAÇÃO

- 42.144 - São Paulo. Relator Ministro Jacy Guimarães Pinheiro. Revisor Ministro Deoclécio Lima de Siqueira. APELANTE: O Ministério Público Militar, junto à 2ª Auditoria da 2ª CJM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª CJM, de 06 de março de 1978, que absolveu o civil RUBENS SERPA VAL-LADÃO, do crime previsto no art 303, § 1º, do CPM. - Advª Dra Iracema Mendes Garcia. (NÃO TOMOU PARTE NO JULGAMENTO O MINISTRO SAMPAIO FERNANDES)-(JULGAMENTO EM SESSÃO SECRETA).

RECURSO CRIMINAL

- 5.210 - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Gualter Godinho. - RECORRENTE: O Exmº Sr Dr Auditor da 2ª Auditoria da 3ª CJM, de ofício. RECORRIDO: O Despacho do Exmo Sr Dr Auditor da 2ª Auditoria da 3ª CJM, que considerou o 2º Sgt do Exército IVO DA SILVA FERRÃO reabilitado. Adv.: O próprio.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao Recurso de ofício, para manter integralmente a decisão recorrida. (NÃO TOMOU PARTE NO JULGAMENTO O MINISTRO SAMPAIO FERNANDES).

RECURSO CRIMINAL

- 5.234 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Gualter Godinho. RECORRENTE: CARLOS ALVES DE MESQUITA, soldado do Exército. RECORRIDA: A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, que indeferiu o pedido de relaxamento de prisão formulado pelo recorrente. Adv. Dr. Helcio Figueiredo Coelho.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal não tomou conhecimento do Recurso. (NÃO TOMOU PARTE NO JULGAMENTO O MINISTRO SAMPAIO FERNANDES).

RECURSO CRIMINAL

- 5.155 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Gualter Godinho. - RECORRENTE: RAIMUNDO SILVA GOMES DO NASCIMENTO, civil. RECORRIDO: O Despacho do Exmo Sr Dr Auditor da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM que indeferiu o pedido de extinção da punibilidade, pela prescrição, formulado pelo recorrente. Advs Drs Ilídio Moura e Tício Lins e Silva. - O Tribunal, POR UNANIMIDADE, deu provimento ao Recurso para declarar a extinção da punibilidade pela prescrição da execução da pena, nos termos dos arts 125 nº 6 e 126, caput, da Lei Penal Militar substantiva. (NÃO TOMOU PARTE NO JULGAMENTO O MINISTRO SAMPAIO FERNANDES).

RECURSO CRIMINAL

- 5.257 - Brasília.DF.-Relator Ministro Lima Torres. RECORRENTE:

(Cont da Ata da 4ª Sessão, em 16 de fevereiro de 1979)

O Exmo. Sr. Dr. Auditor da 11ª CJM, de ofício. RECORRIDO: O Despacho do Exmo Sr Dr Auditor da 11ª CJM que deferiu o pedido de reabilitação de RAIMUNDO NONATO AZEVEDO ARAÚJO, civil. Adv. Dr J J Safe Carneiro. POR UNANIMIDADE DE VOTOS, o Tribunal deu provimento ao Recurso para reformar a decisão e declará-lo não reabilitado. (NÃO TOMOU PARTE NO JULGAMENTO O MINISTRO SAMPAIO FERNANDES).

O Tribunal decidiu que, quando da despedida do Ministro Walde-
mar Torres da Costa, que será a 23 do mês de março próximo, o
orador será o MINISTRO RUY DE LIMA PESSOA.

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

(convocação)

Por convocação do Ministro Presidente, o Tribunal realizará SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS nos dias 06 e 13 de março próximo, ter-
ças-feiras, com início às 13.30 horas.

A Sessão foi encerrada às 18.00 horas, com os seguintes pro-
cessos em mesa:

CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO 65(RO)-Adv Juvenal Pereira(2ª chamada)
CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO 68(SF)-Advs A.Sussekind M. Rego, Al-
Cyone V.P. Barreto e Manuel de Jesus Soares.

CORREIÇÃO PARCIAL 1.163(RLP)-Aud/7a. CJM

PETIÇÃO 375(RLP)-1a./2a. proc. 1.181/76

RECURSO CRIMINAL 5.220(GG)-Aud/4a. proc. 03/78-Advs Maria C.
Volpi de Freitas, José de Freitas e Silva e Dalto V. Eiras.

RECURSO CRIMINAL 5.244(GG)-Aud/11a.proc.29/70-Adv J.Safe Car-
neiro.

RECURSO CRIMINAL 5.258(LT)-1a./Mar.proc. 8.164/64

RECURSO CRIMINAL 5.261(JP)-1a./3a. proc 20/78

EMBARGOS 41.939(WT/JSB)-1a/Mar.proc.16/77-Adv Manuel de Jesus
Soares.

APELAÇÕES:

42.177(WT/FC)-Aud/4a. proc. 08/77-Adv Dalto V. Eiras

42.110(JP/DJM)-1a/Aer.proc. 16/76-Advs Eliane F. Rosa e Fernan-
do Guerra Balsells

42.187(JP/CA)-1a/Mar.proc.23/78-Adv Mario da Costa Pinho

42.154(JP/CA)-1a./3a. proc. 13/77-Adv Eloar Guazzelli

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

16 FEV 1979

SECRETARIA DO TRIBUNAL PL NO
SEÇÃO DE ATAS